



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 52/XI/ 1.ª SL

Aos 16 dias do mês de Junho de 2010, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apreciação e votação do requerimento do PCP para audição urgente do Presidente do Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA), Dr. José Pedro Ribeiro;
3. Apreciação e votação, na especialidade, do Projecto de Lei n.º 131/XI/1.ª (PCP) - os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do Regime Geral de Licenciamento;
4. Projectos de Resolução n.º 114/XI/1.ª (CDS-PP) - "Integração das emissões da RTP-Madeira e RTP-Açores nas redes de TV por Cabo Nacionais" e n.º 141/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que promova a integração da RTP - Açores e a RTP - Madeira nos pacotes de televisão por Cabo em todo o Território Nacional e o acesso gratuito ao Canal 2 da RTP nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira"
 - Apreciação do texto de substituição;
 - Apreciação e votação da informação sobre a discussão em Comissão;
5. Fixação das redacções finais dos Projectos de Resolução n.º 110/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a suspensão de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém, até à elaboração de um plano estratégico para a reconfiguração do seu conjunto"; e n.º 128/XI/1.ª (PCP) - "Propõe a imediata suspensão da construção do novo Museu dos Coches e a abertura de um processo de discussão pública";
6. Ponto de situação da execução do plano de actividades da Comissão para a 1.ª sessão legislativa;
7. Apreciação e votação de actas;
8. Outros assuntos.

No primeiro ponto da ordem do dia, foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Terminado este ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Agostinho Branquinho (PSD) solicitou o adiamento do ponto 4 da agenda para a reunião seguinte, para se poder realizar uma reunião com um representante de cada grupo parlamentar para apreciação do texto de substituição dos dois projectos de resolução.

Passando-se ao ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) fez uma breve apresentação do requerimento para audição do Director do Instituto do Cinema e Audiovisual (ICA), referindo a situação difícil em que se encontra a Tóbis Portuguesa, detida em 96% por aquele Instituto e esclarecendo que pretende perceber qual a intenção do Governo em relação ao futuro da empresa.

O Senhor Deputado Nuno Encarnação (PSD) referiu que o seu grupo parlamentar também tem essa preocupação e já questionou a Ministra da Cultura sobre a situação da Tóbis na sua última audição na Comissão. Concluiu considerando que esta é uma questão pertinente e deve ser analisada pela Comissão rapidamente.

Pronunciou-se também a Senhora Deputada Catarina Martins (BE), que lembrou a existência de duas questões diferentes: uma, a dos trabalhadores, que está em discussão na 11.ª Comissão, e outra a da reestruturação da empresa, que tem a ver com a visão que o Governo tem para a área do audiovisual, e essa deve ser analisada pela Comissão de Ética, Sociedade e Cultura. Expressou também o desejo de questionar a Ministra da Cultura sobre o assunto, não fosse os sucessivos adiamentos da audição da Ministra na Comissão.

O Senhor Deputado João Serrano (PS) clarificou que a audição da Ministra da Cultura na Comissão tinha sido adiada, a pedido desta, para cumprimento de compromissos internacionais em representação do Estado Português. Quanto ao requerimento em apreço, informou que o seu grupo parlamentar ir-se-ia abster, por entender que esta matéria deve ser tratada com a tutela, uma vez que o Director do ICA pode dar informações sobre a situação, mas sobre a resolução do problema tem de ser o Governo a responder.

A esta intervenção respondeu o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), para realçar o facto de a maior ter reconhecido a necessidade da audiência e reiterar que em tempo útil não era possível discutir o assunto com a Ministra da Cultura.

Argumentou ainda que o Director do ICA está sob a tutela do Ministério da Cultura e actuará consoante as orientações que este lhe der e será ele a ter de assumir a posição do Ministério da Cultura na Assembleia Geral da Tóbis.

Antes de submeter o requerimento a votação, o Senhor Presidente informou que, se este fosse aprovado, só via a possibilidade de se fazer a audição no dia 24 de Junho, pelas 12 horas, para a realizar antes da reunião da Assembleia Geral da Tóbis, a 28 do mesmo mês. Submetido à votação, foi o requerimento aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do BE e do PCP e a abstenção do PS.

Antes de concluído este ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) lembrou que foi aprovado pela Comissão, há algum tempo, um requerimento para audição da Senhora Ministra da Cultura, o qual tinha ficado suspenso porque a Ministra estaria numa reunião do Plenário, a qual foi já adiada. A Senhora Deputada lembrou que se essa reunião plenária não for reagendada, a Ministra da Cultura terá ainda de comparecer perante a Comissão, em cumprimento do requerimento aprovado, para além da audição regimental já prevista.

De seguida, procedeu-se à apreciação, na especialidade, do Projecto de Lei n.º 131/XI/1.^a (PCP) – *“Excepciona os bares, cantinas e refeitórios das associações sem fins lucrativos do Regime Geral de Licenciamento”*, nos termos do relatório de votações que se reproduz.

O Senhor Presidente propôs a eliminação do artigo 2.º do Projecto de Lei, para que a lei a aprovar passasse a ter a *vacatio legis* normal, o que permitiria que as associações sem fins lucrativos usassem os cinco dias que decorrem entre a publicação e a entrada em vigor da lei para mandarem elaborar os avisos de que aquele espaço é reservado aos associados, em cumprimento da lei. Assim, o artigo 1.º do Projecto de Lei passaria a artigo único, no corpo do qual o Senhor Presidente propôs ainda o aditamento do inciso “alterado pelo Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro” antes de “passa a ter a seguinte redacção”.

As propostas apresentadas pelo Senhor Presidente foram aprovadas por unanimidade.

Submetido à votação o artigo único do Projecto de Lei, com a alteração que opera ao n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 234/2007, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

No ponto seguinte da ordem do dia, a informação relativa aos Projectos de Resolução n.º 114/XI/1.ª (CDS-PP) - "Integração das emissões da RTP-Madeira e RTP-Açores nas redes de TV por Cabo Nacionais" e n.º 141/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo que promova a integração da RTP - Açores e a RTP - Madeira nos pacotes de televisão por Cabo em todo o Território Nacional e o acesso gratuito ao Canal 2 da RTP nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira" foi aprovada por unanimidade, ficando o último número dessa informação pendente da existência de um acordo entre os proponentes quanto a um texto de substituição das iniciativas.

Quanto à fixação da redacção final dos Projectos de Resolução n.º 110/XI/1.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a suspensão de todas as acções relativas à transferência de museus e à criação de novos museus no eixo Ajuda/Belém, até à elaboração de um plano estratégico para a reconfiguração do seu conjunto"; e n.º 128/XI/1.ª (PCP) - "Propõe a imediata suspensão da construção do novo Museu dos Coches e a abertura de um processo de discussão pública", o Senhor Presidente considerou que seria dificilmente compreensível pelos cidadãos em geral o facto de a Assembleia da República estar a fazer duas recomendações ao Governo com textos muito semelhantes, pelo que sugeriu a fusão dos dois textos, sem se perder o seu conteúdo, uma vez que as recomendações estavam já aprovadas pelo Plenário.

Pronunciaram-se a este propósito as Senhoras Deputadas Catarina Martins (BE) e Rita Rato (PCP), não colocando objecções ao proposto, mas realçando algumas dificuldades de execução da proposta apresentada, pelo que este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião ordinária seguinte.

De seguida, o Senhor Presidente deu conta do nível de concretização do plano de actividades da Comissão para a 1.ª sessão legislativa da presente Legislatura, tendo referido a não realização de audições legalmente obrigatórias na área da comunicação social, por força do calendário de audições sobre a liberdade de expressão, mas devendo aquelas audições ser realizadas anualmente, pretende propor a sua realização no início da 2.ª sessão legislativa. Na área da cultura, realçou a necessidade de dar execução à preservação do património e solicitou a apresentação de propostas de visitas; no que toca à área da sociedade da informação, faltando concretizar a conferência sobre software livre, solicitou que fosse apresentado um projecto de programa até ao final da presente sessão legislativa, a elaborar pelo Deputado João Oliveira, de modo a poder realizar-se a conferência no final de Outubro, início de Novembro.

Ainda a este propósito, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) propôs que a audição pública sobre cineteatros se realizasse no início da próxima sessão legislativa.

A uma pergunta da Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD) sobre se seria possível fazer uma audição com os responsáveis por "2012 – Guimarães Capital Europeia da Cultura" ainda durante esta sessão legislativa, respondeu o Senhor Presidente que tal não seria viável, considerando os trabalhos que a Comissão tem de finalizar até 14 de Julho e o facto de haver três jornadas parlamentares marcadas até ao fim da sessão legislativa, o que inviabiliza reuniões de comissões em três terças-feiras seguidas. Quanto aos grupos de trabalho, o de acompanhamento da Lei da Rádio vai ter de se debruçar sobre a alteração das regras e não sobre o acompanhamento das regras ainda em vigor, pelo que não faz sentido iniciar os seus trabalhos de imediato; o de análise do estatuto dos artistas sobrepõe-se um pouco ao grupo de trabalho criado pela 11.ª Comissão para apreciar as iniciativas legislativas pendentes naquela Comissão sobre esta matéria, pelo que tem dúvidas se deve iniciar os seus trabalhos nesta altura. Tornou a usar a palavra a Senhora Deputada Conceição Pereira (PSD) para propor um diálogo entre as duas Comissões, a fim de se criar um grupo de trabalho conjunto.

Finalmente, o Senhor Presidente colocou à votação as actas n.ºs 49 e 50, relativas às reuniões de 2 e 9 de Julho, as quais foram aprovadas por unanimidade.

A reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de Junho de 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Amadeu Soares Albergaria
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Helena Lopes da Costa
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Maria Conceição Pereira
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando Negrão
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
Manuel Seabra
Marcos Sá
Teresa Caeiro